

A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisas sobre as "organizações patronais"

Igor Gastal Grill*

OFFERLÉ, Michel. *Sociologie des organisations patronales*. Paris: Éditions La Découverte, 2009. 124p.

Apoiado por estudos empíricos e teorias produzidos nos campos das ciências sociais na França e em outros países, Michel Offerlé mobiliza as aquisições da sócio-história do político e da sociologia da política, assim como da sociologia econômica (tema desse dossiê da Revista Pós Ciências Sociais), para produzir uma “contribuição à sociologia das instituições econômicas (regulação dos mercados), sociais (regulação do mercado de trabalho) e políticas (ação sobre o ambiente das atividades dos empreendedores)” (p.5). Tratando-se de um “programa de pesquisas” concernente às organizações que reúnem os dirigentes de empresas, *Sociologie des organisations patronales* aborda as lutas e o tra-

balho em torno das definições de grupos sociais representados, a concorrência pela representação desse(s) segmento(s), os mecanismos de constituição de seus porta-vozes e os critérios de hierarquização do espaço de representação.

O empreendimento de análise proposto adquire maior relevância em virtude de enfrentar obstáculos epistemológicos, desafios intelectuais e debates contemporâneos sobre a análise do surgimento e da institucionalização de grupos sociais, dos repertórios da ação coletiva e da produção de políticas públicas. Em torno desses eixos, é possível ressaltar a reflexão que a obra traz acerca do necessário refinamento dos instrumentos de exame do engajamento político, da

* Professor do DESOC e PPGCSOC – UFMA

militância sindical e associativa, dos grupos de pressão e suas ações públicas.

Offerlé evidencia os efeitos da proximidade ou afinidade dos sociólogos com os dominados e da resistência à objetivação ou desconfiança com a sociologia por parte dos dominantes, aproximando-se das constatações de Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot que desenvolveram uma série de estudos sobre a “alta burguesia” francesa nas últimas décadas. O que gera, simultaneamente, entraves epistemológicos e metodológicos. Isto é, por um lado, há a incorporação na agenda das Ciências Sociais de oposições nativas produzidas, nos termos de Émile Durkheim, na prática e para a prática (movimentos sociais x grupos de interesse; protesto heroificado x pressão do poder econômico; militantes dedicados à causa da transformação social x universo de atores defendendo interesses e motivados pela conservação da dominação social), que também funcionam como censura para o investimento em pesquisas (o receio do pesquisador ser interpretado como comprometido com os dominantes e como traidor da “classe dominada”). Por outro lado, a reserva que os dominantes geralmente têm com relação ao trabalho dos sociólogos se reflete numa relação pesquisador-pesquisado de difícil administração e problemas no acesso aos dados. Logo, contribuindo para a escassez de trabalhos sobre os grupos ditos “dominantes” e para o mal-estar deontológico em lidar com tais categorias, decorrente da posição social e política do pesquisador.

Para superar tais barreiras, o autor aciona o manancial de noções utilizadas no estudo do sindicalismo, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, tais como: 1) os critérios de representatividade em concorrência; 2) os recursos individu-

ais e coletivos ativados pelos aderentes; 3) o engajamento dos porta-vozes, as convicções e os sentidos compartilhados quanto à relevância da militância, assim como as retribuições (materiais ou simbólicas) retiradas dos investimentos nas organizações; 4) os repertórios de ação coletiva (do protesto à negociação, passando pela contratação de *experts* e pelos contatos informais possibilitado pelo pertencimento a círculos de sociabilidades); 5) as aproximações ideológicas em torno de programas genéricos e a plasticidade do território legítimo de ação das organizações; 6) a divisão do trabalho político entre as diversas organizações, a multiposicionalidade dos agentes e a interdependência de setores, campos e especialistas na elaboração de questões públicas ou de referenciais de políticas públicas. Sendo assim, propõe a substituição das distinções de conotação normativa por uma sociologia da mobilização coletiva e do militantismo inspirada nas noções de *capital*, *espaço*, *campo*, *mercado*, *delegação*, *representação*, entre outras formuladas por Pierre Bourdieu, comuns às formas de ação coletiva de dominados e dominantes.

A filiação ao esquema analítico de Pierre Bourdieu é, aliás, outro aspecto a ser salientado sobre a obra e o universo de controvérsias das ciências sociais em que ela se insere. Em um contexto em que parece prevalecer a chamada sociologia pragmática de Luc Boltanski, Michel Offerlé, não por acaso, investe em análises de um domínio da vida social, a economia, e em uma área da sociologia, a sociologia econômica, em que o ex-discípulo de Bourdieu adquiriu centralidade. E mais, faz isso resgatando o próprio Luc Boltanski (da fase ainda inspirada em Bourdieu), para confrontar a abordagem construtivista presen-

te no seu conhecido trabalho intitulado *Les Cadres* com as principais “escolas” ligadas ao tema da ação coletiva (pluralismo, individualismo metodológico, mobilização de recursos, novos movimentos sociais, etc.). Afirma que “a maior parte dos autores desconhecem os aportes da sociologia francesa da formação dos grupos sociais (...)”, grifando, além de Boltanski, os estudos de Desrosières e Thévenot. E acrescenta: “Como mostrou Boltanski (...) o grupo é tanto um produto do trabalho de delimitação e de categorização estatal (...), do trabalho de mobilização dos empreendedores em representação, quanto das atividades de delimitação construídas pelos representantes de outros grupos sociais” (p. 7).

Na proposta de análise de Offerlé, a noção de repertório da ação coletiva, resgatada da contribuição de Charles Tilly para a sociologia histórica das formas de protesto, se distancia também do que denomina de “forma canônica” da expressão, que se vincula exclusivamente aos repertórios contestatórios. É preciso que outras linguagens e modalidades como a *expertise* e a *negociação*, assim como os *colóquios* (exemplificados pelas audiências, seminários, debates, eventos, etc.) sejam incorporadas à reflexão. Deste modo, um continuum se estabelece entre “mobilizações visíveis, na rua, e outros repertórios não contestatórios, se exprimindo nas arenas mais discretas, até mesmo sob a forma silenciosa”. Conjugando-se a isso que “um continuum entre as ações coletivas e individuais pode permitir pensar os repertórios de ação coletiva no conjunto mais largo de registros” (p. 63).

Outro debate subjacente ao argumento de Offerlé, está alicerçado na crítica ao modelo pluralista de interpretação dos “grupos de interesses”, hegemônica na ciência política americana, e à concepção de

influência que domina a abordagem (tese desenvolvida em detalhe no seu livro *sociologie des groupes d'intérêt*, publicado em 1998). Na sua concepção, há dois equívocos no uso dessa perspectiva: 1) desconsiderar os processos de constituição social e política dos interesses, tomando os produtos objetivados como “dados”; 2) negligenciar o fato de que as organizações encontram-se entrelaçadas a múltiplos engajamentos, modalidades diversas de promoção e usos políticos de interesses, bem como a setores estatais e seus recursos materiais e simbólicos, ou seja, como parte integrante de um campo de lutas e de forças, composto de produtores de “referencial e da abordagem cognitiva das políticas públicas” (p. 104) comungados.

Tais enfoques estão sustentados ao longo dos quatro capítulos que compõem o livro ora resenhado. Ou seja, Michel Offerlé apresenta as dimensões mobilizadas para que sejam examinadas as condições/possibilidades de formação dos grupos, as dinâmicas internas próprias ao espaço da representação, os repertórios de ação coletiva e a incidência/lógicas da atuação do “patronato” na agenda de políticas públicas.

No primeiro capítulo são evidenciados aspectos relativos às bases sociais do “coletivismo” em segmentos que aparentemente seriam propensos a se abster da ação coletiva. O autor percorreu desde a história social do vocábulo “patron” e sua difícil tradução para outras línguas até as transformações na historiografia que se debruçou sobre tais camadas sociais, identificando as formas de institucionalização mediante as quais empreendedores coletivos e certos setores do estado contribuem para produzir categorias e identidades. Além disso, explora as estratégias de inclusão e exclusão de segmentos profissionais responsáveis

pela delimitação de fronteiras móveis e a morfologia do “patronat” e das empresas que representam, a partir de indicadores como sexo, profissão do pai, diplomas, números de empregados, mercado que atinge (local, regional ou nacional), cifras (relativas a negócios e exportações), estrutura jurídica (sociedade anônima, filial, independente, etc.), entre outros.

Na seqüência, capítulo 2, toma o exemplo de uma organização patronal, o Cnspf/Medef¹, que teria centralizado a posição de porta-voz do grupo em diferentes conjunturas. Considera as diferenças da sua estrutura interna em relação a outras organizações e instâncias (com destaque para os chamados *think tanks patronaux* ou laboratórios de idéias próprias ao liberalismo e para as associações de dirigentes ou clubes cooptativos de empreendedores, locais estratégicos responsáveis pela sociabilidade e pelo encontro de interesses convergentes) que formam uma cartografia do espaço da representação patronal. Do mesmo modo, leva em conta a sua constituição como uma arena de lutas, fundada em correlações de forças e acúmulo/ativação de trunfos distintivos. Revela, então, os recursos coletivos como a representatividade numérica, sua inscrição no território francês e a extração social dos seus membros, assim como as características individuais dos dirigentes que contam na seleção e hierarquização interna (notadamente o peso da endogamia, da transmissão familiar e dos títulos escolares).

Já no capítulo 3, o foco é centrado nos repertórios que seriam *co-construídos*, pois são resultantes de interdependências, se-

ja nas interações entre poderes econômicos e políticos, seja nos tipos de compromissos ou enfrentamentos entre o capital e o trabalho. Dois conjuntos de repertórios são desvelados por Michel Offerlé: aquele caracterizado como *pró-ativo*, relacionado às modalidades de intersecção, osmoses e proximidades entre elites econômicas e elites políticas; e aqueles denominados de *reativos*, concernentes às práticas de enfrentamento com os movimentos sindicais. Sem deixar de destacar os meios de intervenção sobre o campo político como as manifestações de rua (a demonstração numérica da força da categoria), a ativação das competências e linguagens dos *experts*, o domínio da gramática da negociação (em especial o chamado paritarismo) e a habilidade para as mobilizações silenciosas que ocorrem em domínios restritos em termos numéricos e socialmente exigentes aos quais têm acesso.

Por fim, no capítulo 4, sublinha o impacto da posse de capital social, de capital econômico e de capital informacional na ascendência que a categoria desfruta sobre políticos e intermediários. Grifa, igualmente, a multiposicionalidade alcançada pelos agentes em pauta e a eficiência ideológica e prática da ação patronal, decorrente do trânsito em espaços diversificados (universitário, midiático, político-administrativo, legislativo, etc.), dos interstícios que se estabelecem entre os espaços e das posições de “passadores híbridos” que se instituem.

O leitor pode, assim, entrar em contato com toda uma agenda de pesquisas a ser realizada. Principalmente no Brasil, onde a escassez de trabalhos sobre as organizações

1. Siglas que significam, respectivamente, Conseil National du Patronat Français e Mouvement des Entreprises de France, e correspondem a diferentes fases da organização.

de empresários é patente, sobretudo a partir de um viés que não seja internalista ou restrito às dinâmicas institucionais. Michel Offerlé parece buscar, antes da mais nada, estimular novos estudos que considerem os representantes dos empresários ou empreendedores “em carne e osso” (via propriedades sociais, visões de mundo, estratégias, investimentos, etc.) e, como consequência, salientar o alcance heurístico do esquema analítico de Pierre Bourdieu e colaboradores em tempos de “novos modismos”.

RECEBIDO EM: 13/02/10
APROVADO EM: 20/04/10

